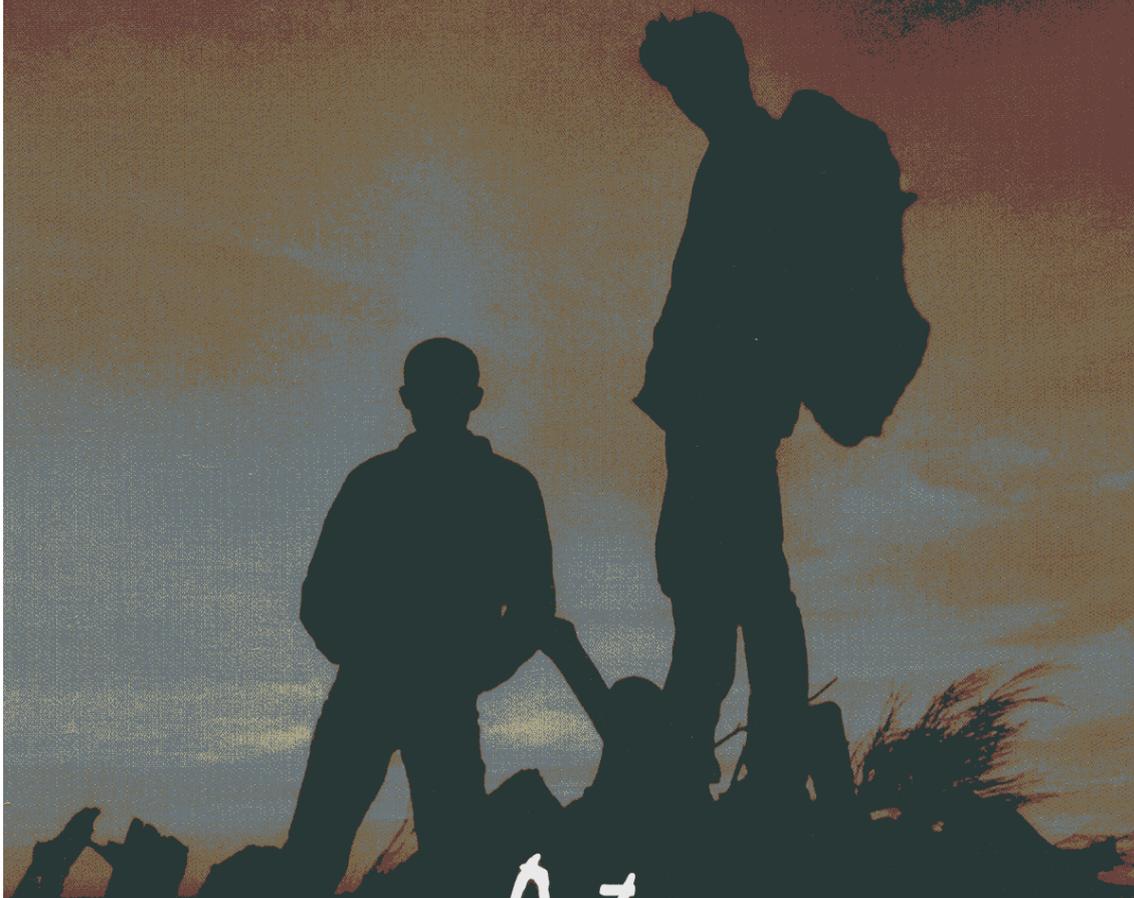


JORNADAS DO CONTRABANDO

DIAS 16, 17 E 18 DE JUNHO DE 2006

Auditório Municipal do Sabugal



Actas

Exposição 'Memórias do contrabando'

Sabugal, 2007

A HERANÇA DO CONTRABANDO EM CAMPO MAIOR A MEMÓRIA SOCIAL E OS SEUS USOS

Luís Cunha

A minha abordagem ao fenómeno do contrabando decorre de um interesse mais amplo, exactamente o que toma como objecto de estudo a fronteira. Esta precisão parece-me importante, pois o meu contributo, no contexto destas Jornadas, não se centrará tanto na descrição da actividade, mas no modo como ela pode ser pensada do ponto de vista da memória colectiva. Esta focalização sublinha a relevância do contexto fronteiriço, pelo menos no sentido em que, como veremos, uma das dimensões importantes na construção da memória do contrabando, é a da sua patrimonialização, remetendo esta, inevitavelmente, para os processos identitários, especificamente para a defesa da especificidade raiana.

Começo pois pela identidade, essa categoria ambígua e armadilhada, cuja evocação suscita cada vez mais reacções adversas no universo das ciências sociais. Começo por ela por duas razões. Em primeiro lugar para dizer que foi ela que definiu a minha vontade de trabalhar sobre a fronteira, isto é, numa comunidade marcada pelo contacto diário com uma efectiva demarcação política do espaço (1). Em segundo lugar, para me posicionar no debate sobre o conceito. Talvez possamos ver na desconfiança em relação à ideia de identidade tanto um sinal de usura do termo, quanto a expressão inevitável da sua rejeição por parte de uma ciência que foi parte, e no caso da antropologia parte bem relevante, no processo de promoção de ficções em torno de identidades “puras” e “autênticas”. Não é esse, de todo, o meu olhar, e por isso talvez valha a pena precisar que aquilo de que venho procurando falar no meu trabalho, e também aquilo que me conduziu à fronteira, não é a busca de identidades estáticas ou sequer estáveis, mas de narrativas identitárias. Deste ponto de vista, vejo a identidade como processo jamais acabado, como lugar de cruzamento de discursos, com os quais tanto se buscam consensos como se expressam dissensões.

A relativização das identidades, pois é disso que se trata, afasta-nos de uma concepção essencialista, quer dizer, do entendimento da identidade como expressão de uma variação cultural descontínua. Sem dúvida que podemos falar de identidade no sentido da partilha de uma mesma cultura, mas, tal como defendeu

(*) Licenciou-se em Antropologia Social no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e doutorou-se em Antropologia na Universidade do Minho, em 2003.

Tem focado o seu trabalho de investigação em temas de identidade nacional e memória social.

Publicou «*A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*» (2001) e «*Memória Social em Campo Maior*» (2006).

Fredrik Barth há já muitos anos, devemos ver nessa partilha mais um ponto de chegada do que um aspecto primário ou definidor dos grupos étnicos (Barth, 1969). Colocar a ênfase no processo de construção de identidades, bem como no carácter contínuo da variação cultural, orienta o debate para uma perspectiva dinâmica, capaz de dar conta de tensões e conflitos, ou seja, de mostrar a identidade como um campo de disputa. Se, buscando uma ilustração, pensarmos na identidade nacional, vê-la-emos, então, não como expressão de um conjunto de traços perenes e autênticos, à maneira dos românticos, mas como vinculação, de eficácia variável, a uma expressão cultural tornada dominante. Assim entendida, a identidade da nação não se inscreve numa espécie de natureza étnica atemporal, mas antes na imposição de práticas e representações culturais naturalizadas – práticas e representações que vão da língua à música, dos trajes regionais à tradição religiosa, etc.

Com este ponto prévio procurei introduzir no debate que aqui nos trouxe o tema da identidade, mas, ao mesmo tempo, era minha intenção dar conta das razões que me conduziram à fronteira como espaço de investigação, mas antes de aí chegar há algo mais que importa dizer. A consideração da identidade enquanto processo dinâmico e não como essência, conduz-nos à rejeição da ideia de descontinuidade cultural e, por essa via, à discussão da natureza da fronteira. É que esta, e não falo apenas da fronteira política, transporta consigo o sortilégio da liminaridade (Turner, 1969), atributo relevante para a compreensão dos mecanismos envolvidos na partilha e diferenciação cultural (2). Volto a esse texto fundador de Barth, acerca das fronteiras dos grupos étnicos, para sublinhar a importância que aí é conferida aos espaços intersticiais, ou seja, aos espaços que, simultaneamente, separam e unem os grupos sociais. Esses espaços de distinção entre os grupos, essas *fronteiras*, não são projectadas nem concebidas como linhas, mas sim como unidades difusas e contínuas, capazes de evidenciar a heterogeneidade cultural. Se considerarmos especificamente as fronteiras políticas descobrimos de igual modo uma realidade ambígua, marcada pela mistura e hibridização cultural (3). Se é certo que foram impostas do exterior, constituindo um produto histórico resultante, em boa medida, da regulação estatal, é também verdade que elas foram assimiladas a partir de dentro, não de um modo uniforme mas diferenciado, seguindo, afinal, outras linhas demarcatórias, nomeadamente as que distinguem os diferentes grupos sociais presentes na comunidade.

Foi esta dimensão da fronteira que me seduziu e, associada a ela, a ideia de trabalhar as identidades não como essências ou definições cristalizadas, mas como expressões de processos de construção negociados e provisórios. A estes processos podemos associar narrativas identitárias, entendendo por tal registos de natureza diversa, que circulam na comunidade e que, no caso dos lugares raianos, ajudam a

pensar e a explicar a fronteira. Falo de narrativas aludindo, portanto, a um universo complexo, onde as histórias pessoais circulam a par de considerações gerais, por exemplo sobre o conflito entre identidade raiana e nacional, e onde se mistura o discurso oral com aquele que se formaliza e cristaliza na escrita. Neste quadro, o contrabando constitui, justamente, um desses universos narrativos, alicerçado, neste caso, numa actividade que marcou, e marca ainda enquanto memória, o quotidiano da fronteira.

Na sua evocação encontramos temas recorrentes: o perigo e a aventura; a esperteza que permite iludir os guardas ou a valorização da ousadia nas jogadas arriscadas, mas encontramos também a sorte que diferencia uns de outros ou ainda a inveja e a competição. Em torno destes e de outros temas semelhantes estruturaram-se identidades: contrabandistas face a guardas fronteiriços; homens face a mulheres - já que a forma predominante de uns e outras fazerem contrabando era distinta -; contrabandistas ocasionais face a profissionais - expressando diferenças não só na relação com a actividade, mas também no plano ético. Pode dizer-se que do conjunto dos diferentes registos narrativos resulta uma panorâmica geral, mais ou menos fiel, dessa actividade que pautou a vida da fronteira durante décadas. Se, por um lado, podemos fazer eco de Halbwachs (1950: 94), defendendo que cada memória individual constitui um ponto de vista sobre a memória colectiva, devemos vincar, por outro, que se considerarmos a memória colectiva como uma máquina produtora de sentido, não a podemos ver como uma totalidade resultante da adição das partes, isto é, das memórias individuais. A sua natureza é mais complexa e fascinante.

As memórias, tal como as identidades, não são descontínuas nem se equivalem entre si. Há sempre umas que dominam as outras; há histórias que se esquecem e silenciam e outras que circulam de tal forma que podem mesmo ser evocadas na primeira pessoa por mais que um indivíduo. Evidentemente que neste ponto entroncam questões tão importantes quanto o fundo ético que pauta essas narrativas, mas também a dos mecanismos, por vezes bem subtis, que expressam fiabilidade e garantem legitimidade diferenciada às histórias que se contam ou se escrevem. Em relação ao primeiro destes pontos, o que está em causa, como defendi noutra lugar (Cunha, 2006: 292), é que o fundo que enforma as narrativas mais fortes se sobrepõe ao conteúdo, enfatizando ensinamentos e valores morais, o que significa que nelas importa menos o que se conta do que o seu sentido ético. Quanto ao segundo aspecto, remete para a ideia de memória como espaço de disputa, no qual os critérios da experiência pessoal e da autoridade reconhecida são fundamentais - o ter estado lá; o ter atravessado a fronteira com café às costas; o ter sido atingido por um guarda ou ter passado pelas prisões de Espanha, etc.

O meu interesse pela fronteira como objecto de inquirição passa, portanto,

pelos conteúdos narrativos que nela circulam e por algumas interrogações que me parecem centrais, e que vão desde o modo como se estruturam tais narrativas ao modo como se impõem uma às outras, passando pela relação entre as diferentes narrativas e os diferentes grupos sociais presentes na comunidade. Esta focalização ajuda a perceber, penso eu, a escolha de Campo Maior para a minha investigação. O contrabando é, bem entendido, uma presença constante em toda a fronteira luso-espanhola e outros registos narrativos, sobre os quais trabalhei também na minha investigação, como a guerra civil de Espanha ou o impacto da abertura das fronteiras no quadro da integração europeia, tanto são observáveis em Campo Maior como em qualquer outro lugar da raia. Porém, o que tornou aquela vila num lugar particularmente interessante a meus olhos foi algo que a singulariza: a existência actual de uma enorme e próspera indústria de torrefacção de café. Sem dúvida que o contrabando, pelo menos nas suas formas tradicionais e de forte envolvimento local, desapareceu com a adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia, mas dele, pelo menos no caso concreto de Campo Maior, não ficou apenas a memória, ficou também, como uma herança a marcar o quotidiano da vila, uma indústria que nasceu para dar resposta às solicitações dos consumidores do outro lado da raia.

Quando me instalei em Campo Maior havia três elementos fundamentais através dos quais a vila se projectava no exterior: os cafés Delta, as Festas do Povo, ou das Flores, e o Sporting Clube Campomaiorense, na altura na primeira liga e que entretanto desistiu das competições profissionais. Nestes sinais fortes, reconhecidos pelos de fora e vistos pelos campomaiorenses como marcas de identificação, são evidentes as ligações da indústria de torrefacção de café ao contrabando, mas é possível traçar também conexões entre os outros dois elementos que referi, as Festas do Povo e o Campomaiorense, e essa actividade. No que diz respeito ao clube de futebol, podemos apontar essa relação por via dos seus dirigentes, bastando notar que conheceu três gerações da família Nabeiro, associada aos cafés Delta e a outras torrefacções, em cargos de topo no clube. No caso das Festas do Povo a relação é também indirecta, mas, apesar disso, significativa, pois uma das narrativas que explica a origem das festas fá-lo recorrendo ao contrabando. Nessa versão, teria sido um contrabandista a iniciar as festas, dando dessa forma cumprimento a uma promessa feita a S. João e relacionada com a passagem de uma importante carga de contrabando (4). Estas conexões entre elementos identitários tão fortes e o contrabando, dão conta não só da centralidade da actividade no passado, como também da persistência de uma memória sólida, ainda que plural, no presente da comunidade. Deve, todavia, reconhecer-se que estes sinais são subtis, não fazendo do contrabando um património assumido e exibido para o exterior. A inau-

guração de uma estátua ao comendador Rui Nabeiro, fundador da Delta, numa das praças centrais da vila veio dar uma nova visibilidade ao contrabando. Nela evocam-se os contrabandistas, apontados como os “homens que permitiram tudo e até este café”, como se escreveu no monumento, mas que, bem entendido, permitiram também fazer de um homem humilde um comendador. Todos estes sinais, tanto os que persistem discretos, mesmo envergonhados, como os que surgem vigorosos, transformando o espaço público da vila, como é o caso da estátua de Rui Nabeiro, ou ainda os que encenam uma certa patrimonialização do contrabando, por exemplo com a definição turística das “Rotas do Contrabando”, muito visíveis no lado espanhol da raia, são também parte do quadro narrativo de que venho falando.

Volto à ideia de que as memórias não se equivalem, para dizer que o que as diferencia não é só o seu valor relativo, aferido, por exemplo, pela sua receptividade no contexto social a que dizem respeito, mas também a sua natureza. É que à memória narrativa, que passando de geração em geração se transforma, sendo na verdade mais expressão do presente que passado objectivado, vem-se agregando, de forma cada vez mais evidente, um desejo de história (Guillaume, 1980: 138). Uma vontade de preservação que não é já só da elite que inventou o museu e o alimentou de objectos e palavras que encenam o popular (cf. Thiesse, 1999: 199 sgg). Essa vontade de preservação difundiu-se pelo tecido social, absorvendo velhos e novos conceitos, como os de autenticidade, tradição, património cultural, etc (5). O contrabando, ou melhor, uma certa forma de contrabando, aquela a que se atribui mais valor simbólico, passa também por este processo de patrimonialização. Jornadas como esta, o patrocínio da edição de livros sobre o contrabando, a inauguração de exposições ou museus sobre o tema, mostram a vontade das entidades locais em chamar a si parte da produção deste discurso. Nessa vontade misturam-se objectivos diferentes, desde a promoção turística, que podemos ilustrar com a divulgação das Rotas do Contrabando, até à reivindicação identitária, sustentada, por exemplo, na ideia de uma cultura de fronteira.

Na abordagem que faço ao contrabando, interessa-me perceber o cruzamento de vários planos de construção memorativa. A distinção traçada por Halbwachs (1950: 130) entre história e memória social, apesar de útil, tem algumas limitações. O que dá conteúdo àquela distinção, a diferença entre memória oral e a sua materialização pela escrita (Nora, 1984: XXIX), é demasiado esquemática, pois deixa na sombra o facto de que muitos processos mnemónicos característicos da oralidade recorrerem a formalizações que cristalizam a memória de forma idêntica à obtida pela escrita (cf. Tonkin, 1992). Paralelamente, também as representações do passado, formalizadas na escrita, fecundam frequentemente a oralidade, dessa forma se diluindo as fronteiras entre os dois planos. Marc Guillaume, ao abordar as políticas do património, avança com uma distinção que

até certo ponto decorre da traçada por Halbwachs, mas que possui a virtude de colocar a ênfase nos lugares de produção de memória. A distinção entre memória heterológica e memória simbólica (Guillaume, 1980: 138) levanta alguns problemas, pelo menos no plano dos conceitos, já que toda a memória é *simbólica* e, por outro lado, toda a memória colectiva, sendo um facto social, é marcada pela exterioridade (6) e, nesse sentido, por uma certa *falsificação*. Apesar destas ressalvas a distinção é pertinente para o argumento que procuro desenvolver, na medida em que permite pensar a construção memorativa como um objecto analítico construído em vários planos. De facto, ao associar memória heterológica a lugares de poder (entenda-se poderes fáticos, alicerçados em estruturas políticas e/ou administrativas formais) e memória simbólica ao universo familiar ou comunitário, Guillaume distingue, valorizando diferentemente, dois níveis de elaboração discursiva.

A memória a que chama heterológica atribui ou procura atribuir um sentido unívoco às coisas do passado, socorrendo-se para tanto de instrumentos que facilitam a formalização e cristalização dos discursos. Um desses instrumentos é a palavra escrita, com toda a eficácia que se lhe associa. Exemplo desta eficácia e do peso que a palavra escrita pode assumir, é-nos dado por M^a Cristina Santinho (1984), que escrevendo sobre Quadrazais, nos conta como a ficção de Nuno de Montemor, *Maria Mim* (1939) foi de tal forma incorporado na comunidade que alguns habitantes, nascidos após a publicação do romance, o viam como desencadeador do contrabando na aldeia (7). Instrumentos de natureza diferente, mas igualmente capazes de gerar eficazmente representações fortes sobre o contrabando, são os monumentos, a toponímia, os museus, etc. Em alguns casos esta memória consegue enraizar-se na comunidade, como terá acontecido com a novela *Maria Mim* em Quadrazais, mas noutras situações esta memória permanece distante das populações.

Uma razão forte deste distanciamento reside na intenção do discurso. A memória heterológica procura consensos. Trabalhando com identidades, ela tende a negar a dissensão e o conflito, veiculando uma identidade plana e demarcatória. A memória simbólica, pelo contrário, vive da oralidade e por isso mesmo não opera com a fixação de um discurso ou uma representação do passado. Trata-se de uma memória que circula em várias camadas do tecido social, produzindo narrativas que, ao mesmo tempo que contam histórias sobre *casos* acontecidos, explicam o mundo, quer dizer, legitimam os lugares sociais, ao mesmo tempo que apontam condutas reprováveis e premeiam as que devem ser enaltecidas (8). Memória heterológica e memória simbólica, entendidas desta forma, colocam-nos perante dois planos distintos de elaboração discursiva, que se cruzam mas não se fundem, ou pelo menos não se complementam, já que são enformados por diferentes lógicas.

Regressarei agora ao terreno etnográfico onde desenvolvi a minha investigação, Campo Maior, para tentar mostrar como os diferentes planos que enunciei se revelam no concreto. Numa localidade de tal forma marcada pelo contrabando, que mesmo o seu presente parece ancorado na sua herança, esperava eu encontrar uma memória institucionalizada dessa actividade. Não foi essa, porém, a realidade com que me deparei. A memória institucional da fronteira, essa tal memória heterológica, produzida ou apropriada nos lugares de poder, centrava-se de forma bem evidente no passado militar da vila. O esforço editorial do município seguia essa linha e entidades patrimoniais tão relevantes como os monumentos ou a toponímia iam no mesmo sentido. De facto, a fronteira que Campo Maior mostra a quem a visita, centra-se no castelo, onde se evoca a Guerra Peninsular, no nome dos militares que dão nomes a várias ruas (9) e se distinguiram na defesa da vila face aos invasores, etc. Onde pára então a memória do contrabando, modo de vida e garantia de parte significativa da sua população em tempos não muito recuados? Existirá apenas no plano a que Guillaume chama memória simbólica? A edificação recente de uma estátua a Rui Nabeiro, tal como o Museu do Café, propriedade da Delta, e onde existe uma reprodução de grandes dimensões de uma foto que evoca o contrabando, são sinais recentes da tentativa de fixação de uma memória heterológica. A sua institucionalização é ambígua, na medida em que não depende, prioritariamente, de instâncias do poder autárquico ou estatal. Entendo, todavia, que tem, apesar disso, um carácter heterológico, na medida em que pronuncia e procura cristalizar um sentido unívoco à narrativa sobre o contrabando naquela localidade (10).

A imagem de Rui Nabeiro na vila e mesmo fora dela, não depende da estátua que o homenageia, do seu nome ter sido atribuído a uma das ruas da vila, ou do modo como no Museu que fundou se conta a história do comércio do café em Campo Maior. Não depende de nenhum destes factores, mas todos eles a reforçam. Não é esta a ocasião para aprofundar o tema, mas a história pessoal deste empresário revela-se particularmente interessante para pensar não só alguns dos aspectos frequentemente associados ao contrabando, como a sorte, o empenho e determinação, a esperteza, etc., mas também o fundo ético e moral que marca o modo como a actividade é evocada e pensada no presente (11). Um dos tópicos narrativos mais significativos é o do mérito e capacidade pessoal para vencer as dificuldades, já que são essas qualidades que lhe permitiram destacar-se do grupo social a que se pertence. Este é um tópico que, na verdade, transcende o contrabando, ganhando particular acutilância num contexto como o de Campo Maior, tão claramente marcado pela distinção básica - simplista e redutora, mas eficaz - entre ricos e pobres, polarização que coloca de um lado os lavradores e do outro os assalariados rurais. O contrabando surge como a actividade que no passado, nesse passado tão forte-

mente bipolarizado, permitiu virar a sorte. Se o filho do lavrador, espécie de aristocrata não de sangue, mas de condição, tinha ao nascer terras e promessa de fortuna à sua espera, o contrabandista não podia ser senão o *self-made-man*, aquele que, com trabalho e esperteza, em doses variáveis e combinações diversas, podia ultrapassar a sua condição e impor-se socialmente.

Rui Nabeiro foi quem melhor desempenhou este papel de *self-made-man*, conseguindo mesmo suplantar o poder dos lavradores – ainda antes do 25 de Abril chegou a Presidente do município, ainda que, nessa ocasião, tenha desempenhado o cargo por um curto período. É certo que ele não foi um contrabandista de mochila às costas, mas foi, assumidamente, em torno dessa actividade que enriqueceu, continuando até hoje associado a ela, sem que isso signifique, naturalmente, qualquer estigma. A história deste sucesso constitui o tópico narrativo central a que uma certa memória procura ancorar-se. De uma forma até certo ponto subliminar, essa narrativa mostra o contrabando mais como actividade empresarial do que como o exercício de um comércio ilegal por parte dos contrabandistas. Bem entendido que isto está de acordo com o modo como localmente, e de resto em toda a fronteira, o contrabando foi encarado, mas apesar disso esta espécie de legitimação à posteriori valoriza simbolicamente a herança que subsiste e se deixa ver na actividade industrial que marca o presente da vila. É nessa actividade que se sedimenta o relativo sucesso económico de Campo Maior, que num contexto geográfico francamente deprimido resiste de forma aceitável à erosão demográfica (12). Do ponto de vista narrativo, a integração do contrabando na história da empresa – tanto através do Museu do Café como da estátua a Rui Nabeiro – cria um sentido de continuidade, de tal forma que o contrabandista pode mesmo surgir como uma espécie de antecessor directo dos actuais empregados das torrefacções da vila.

Mas, como disse, este não é senão um tópico narrativo. Sobretudo no plano da memória a que, como Guillaume, chamámos simbólica, e a que atribuímos carácter fluido, capaz de circular sem se fixar, outros tópicos concorrem com este. As diferenças não se encontram apenas na temática ou mesmo no enredo narrativo, mas no próprio sentido do discurso. Por exemplo, a distinção entre contrabandistas profissionais e aqueles que apenas recorriam pontualmente à actividade, transporta consigo implicações valorativas de uns e outros. O mesmo se poderia dizer do modo como se pensa os diferentes modos de exercício do contrabando por homens e mulheres, ou do modo como o crescente peso dos empresários anulou a livre iniciativa dos contrabandistas, tornando-os numa espécie de assalariados dos proprietários das torrefacções. Estes, e outros temas, são recursos narrativos que estruturam dimensões específicas da memória colectiva. Ao contrário de uma memória em processo de institucionalização e mesmo patrimonialização, não encontramos aqui tanto um desejo de história mas sobretudo a valorização da experiên-

cia. Quero com isto dizer que cada narrativa é um ponto de vista não só sobre o contrabando, mas também sobre a comunidade. Pontos de vista que dependem, inevitavelmente, do lugar social a partir do qual se produz o discurso ou a narrativa. O contrabando, tal como a Guerra Civil de Espanha, outro universo narrativo importante na fronteira luso-espanhola, gera memórias fortes. Gera-as porque expõe diferenças referenciais: desde logo entre vizinhos raianos, mas também entre o Estado central, distante e autoritário, e as populações locais, ou ainda entre os diferentes grupos sociais da comunidade, que têm distintos envolvimento com o contrabando. Do mesmo modo que Lévi-Strauss disse que os mitos eram bons para pensar, podemos nós dizer que o contrabando propicia bons enredos para a comunidade se pensar no plano identitário. Não no sentido de viver com uma identidade homogénea, e com isto volto, de algum modo, ao começo, mas lidando com fragmentos de identidade, como se fossem um espelho estilhaçado, que simultaneamente agrega e distancia guardas e contrabandistas, portugueses e espanhóis, gente com sorte e eternos azarados, signos de identidade nacional face a outros com relevância local, etc. Memória difusa, sobreposta, estruturada e cristalizada nuns casos, patrimonializada noutros, enquanto noutros ainda resiste e se renova, continuando a ser um lugar de ancoragem que a comunidade reconhece e em que se representa.

NOTAS

(1) Dando dessa forma sequência, ainda que num plano diferente, à abordagem da identidade nacional com que iniciei o meu percurso de investigador – cf. Cunha, 1991.

(2) Sobre distinção entre *diferença* e *diversidade* cultural, cf. Michaelsen & Johnson, 1997: 29.

(3) A defesa da relevância deste conceito no debate sobre globalização e identidade cultural, é feita, por exemplo por Garcia Canclini (1989: XIX).

(4) Evidentemente que não discuto aqui a questão do ponto de vista da veracidade histórica. Essa abordagem foi feita por Galego (2004), que de resto nega valor histórico a esta narrativa das origens.

(5) Trata-se de um processo complexo, mas de sentido bem definido: “Esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação, ou como povo, é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestí-

gio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas operações possíveis - preservá-lo, restaurá-lo, difundi-lo - são a base mais secreta da simulação que nos mantém juntos” (Garcia Canclini, 1989: 160).

(6) No sentido em que Durkheim caracterizou os factos sociais: “ordem de factos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, e dotados de um poder coercivo em virtude do qual se lhe impõem” (Durkheim, 1895: 31).

(7) Ainda que neste caso não remeta especificamente para o contrabando, um texto setecentista, *Manual Digest de les Valls neutras de Andorra*, ilustra uma forte inscrição na oralidade de um texto escrito, pois o que nele se enuncia constitui uma chave interpretativa importante sobre muitos dos valores e atitudes da população andorrana contemporânea (cf. Comas d’Argemir & Pujadas, 1997: 127).

(8) Esta legitimação dos lugares sociais mostra que a memória não é um espaço neutro. Na verdade, como nota Connerton (1989: 3), “as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente”.

(9) Em relação à toponímia, vale a pena deixar a nota de que cerca de dezena e meia de ruas da vila têm nomes que remetem para a actividade castrense (cf. Cunha, 2006: 122-3).

(10) Já atrás ficou dito que a memória do contrabando que se vai patrimonializando tem um sentido definido: valoriza uma figura específica de contrabandista, aquela que decorre, aliás, de uma certa romantização - a do homem que percorria longas distâncias, que trabalhava por conta própria, que exercia a actividade em complemento de outras associadas ao mundo rural, etc.

(11) Noutro lugar procurei confrontar o modo como os percursos pessoais deste empresário e de um importante lavrador da vila são pensados localmente (cf. Cunha, 2006: 130 sgg.).

(12) Entre 1950 e 2001, a quebra demográfica do distrito de Portalegre, de que Campo Maior faz parte, foi de 34,5%, enquanto que no concelho campomaio-rense foi apenas de 14,5% e se considerarmos apenas as suas freguesias urbanas esse decréscimo não ultrapassa os 10% (cf. Cunha, 2006: 22).

Bibliografia

- BARTH, Fredrik (1969), "Introduction", in Barth, Fredrik (ed.), *Ethnic Groups and Boundaries*, Bergen-Oslo/Boston, Universitets Forlaget/Little Brown.
- COMAS D'ARGEMIR, Dolores & PUJADAS, Joan Josep (1997), *Andorra, un país de frontera. Estudi etnogràfic dels cauvís econòmics socials i culturals*, Andorra e Barcelona, Ministeri d'Afers Socials i Cultura del Gobierno de Andorra e Ed. Alto Fulla.
- CONNERTON, Paul (1989), *Como as Sociedades Recordam*, Lisboa, Celta, 1993.
- CUNHA, Luís (2001), *A nação nas malhas da sua identidade. O Estado Novo e a construção da identidade Nacional*, Porto, Afrontamento.
- CUNHA, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior. Usos e Percursos da Fronteira*, Lisboa, Dom Quixote.
- DURKHEIM, Émile (1895), *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Presença, 1980.
- GALEGO, Francisco Pereira (2004), *Campo Maior. As Festas do Povo das Origens à Actualidade*, Lisboa, Livros Horizonte.
- GARCÍA CANCLINI, Nestor (1989), *Culturas Híbridas. Estratégias Para Entrar e Sair da Modernidade*, São Paulo, USP, 2003.
- GUILLAUME, Marc (1980), *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras, 2003.
- HALBWACHS, Maurice (1950), *La Mémoire Collective*, Paris, Albin Michel, 1997.
- MICHAELSEN, Scott & JOHNSON, David E. (1997), *Teoria de la Frontera. Los Límites de la Política Cultural*, Barcelona, Gedisa Editorial, 2003.
- MONTEMOR, Nuno de (1939), *Maria Mim*, Lisboa, União Gráfica.
- NORA, Pierre (1984), "Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux", in Nora, Pierre (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, pp. XVII-XLII.
- SANTINHO, M^a Cristina (1984), *Quadrazais: terra de contrabando*, Universidade Nova de Lisboa.
- THIESSE, Anne-Marie (1999), *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas & Debates, 2000.
- TONKIN, Elizabeth (1992), *Narrating our Pasts. The Social Construction of Oral History*, Cambridge University Press.
- TURNER, Victor (1969), *The Ritual Process. Structure and Anti-structure*, London, Routledge and Cornell University Press.